

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 25/93

de 18 de Agosto

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo Cultural, Científico e Técnico entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Tunisina, assinado em Tunes em 11 de Maio de 1992, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, árabe e francesa seguem em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Maio de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Domingos Manuel Martins Jerónimo*.

Assinado em 26 de Maio de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 28 de Maio de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ACORDO CULTURAL, CIENTÍFICO E TÉCNICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA TUNISINA.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Tunisina:

Animados pelos elevados ideais da Carta das Nações Unidas;

Conscientes da vitalidade de um passado histórico que deixou fecundas raízes nas culturas de ambas as colectividades nacionais com promissores efeitos para o futuro;

Desejosos de desenvolver a cooperação entre os seus dois países nos domínios da cultura, da arte, da ciência e da técnica, de modo a contribuir para o estreitamento das relações amigáveis existentes entre os seus povos;

decidiram concluir o presente Acordo e nomearam, para este efeito, delegados plenipotenciários, que acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

As duas Partes Contratantes deverão encorajar, desenvolver e apoiar a cooperação entre os dois países no campo cultural, científico, técnico, educativo, artístico, literário, bem como nos domínios do artesanato, folclore, imprensa, radiodifusão, televisão, cinematografia, juventude e desportos.

Para este efeito procederão:

- a) Ao intercâmbio de visitas de professores, especialistas, conferencistas, arqueólogos, historiadores, etnógrafos, jornalistas, cineastas, homens de letras, estagiários, mestres artesãos e desportistas;
- b) Ao intercâmbio de visitas recíprocas de docentes universitários e de investigadores;

- c) Ao intercâmbio de delegações desportivas oficiais para organização de encontros desportivos e estágios nos dois países e ao intercâmbio de quadros técnicos e dirigentes para participarem em cursos, colóquios e conferências;
- d) Ao intercâmbio de grupos de teatro, de música, dança e folclore e à organização de concertos e espectáculos;
- e) A organização de exposições de arte, arqueologia, história, artesanato e documentais; e
- f) Ao intercâmbio de programas de rádio e de televisão, filmes, livros, publicações educativas, culturais, científicas, técnicas, literárias e artísticas.

Artigo 2.º

Cada uma das Partes Contratantes deverá facilitar, no seu território, o ensino e o estudo da língua, da literatura e da civilização da outra Parte.

Artigo 3.º

As duas Partes Contratantes acordaram em encorajar e facilitar, nomeadamente:

- a) A concessão, com base na reciprocidade, de bolsas de estudo a diplomados, pós-graduados e estagiários da outra Parte, destinados a cursos ou estágios de especialização ou ao aperfeiçoamento da sua formação cultural, artística e científica;
- b) O intercâmbio de informações e documentação relativas aos certificados, diplomas e títulos universitários emitidos nos dois países com o objectivo de estudar a sua equivalência;
- c) A cooperação no domínio da educação de adultos; e
- d) Estabelecimento de relações entre museus, bibliotecas e arquivos, através de convénios específicos.

Artigo 4.º

As duas Partes Contratantes deverão encorajar a cooperação entre as instituições de investigação científica dos dois países e estabelecer contactos entre os seus docentes universitários e investigadores, tendo em vista a organização de seminários, colóquios, congressos, cursos, estágios, etc., e programas conjuntos de investigação.

Artigo 5.º

As duas Partes Contratantes deverão encorajar, pelos meios ao seu dispor e no âmbito das respectivas legislações, a inclusão, de forma apropriada, de dados relativos à República Portuguesa e à República Tunisina nos manuais escolares, enciclopédias e anuários estatísticos, com base na documentação que será trocada para esse efeito.

Artigo 6.º

As duas Partes Contratantes comprometem-se a proceder ao estudo das condições nas quais cada uma delas poderá assegurar, com base na reciprocidade, a protecção dos direitos de autor dos cidadãos da outra Parte, conforme as disposições internas e as convenções multilaterais que visam proteger tais direitos.

Artigo 7.º

As duas Partes Contratantes deverão facilitar a cooperação entre as suas organizações culturais, artísticas e profissionais, bem como entre as suas instituições pedagógicas e científicas.

Artigo 8.º

Cada uma das Partes Contratantes deverá encorajar, no âmbito da sua legislação, as iniciativas que visem divulgar a história e a civilização da outra Parte, nomeadamente através da imprensa, da radiodifusão, da televisão e do cinema.

Artigo 9.º

As duas Partes Contratantes deverão facilitar a conclusão de convénios e disposições específicas entre as respectivas instituições de radiodifusão, televisão, imprensa e cinema.

Artigo 10.º

Cada uma das Partes Contratantes compromete-se a adoptar as medidas necessárias para assegurar a protecção dos bens culturais da outra Parte contra a importação, exportação e a transferência de propriedade ilícitas.

Artigo 11.º

Para a execução do presente Acordo será criada uma comissão mista, destinada a estabelecer os programas de aplicação. Tal comissão mista deverá reunir-se, no mínimo, uma vez cada dois anos, alternadamente em Portugal e na Tunísia.

Artigo 12.º

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas para o efeito pela ordem jurídica de cada uma das Partes.

Artigo 13.º

O presente Acordo será válido por um período de cinco anos, renovável por recondução tácita por igual período, excepto se uma das Partes Contratantes o denunciar mediante notificação escrita, dirigida à outra Parte, seis meses antes da data de expiração do Acordo.

Em caso de denúncia deste Acordo por uma ou outra Parte Contratante, a situação de que os vários beneficiários gozem manter-se-á até ao fim do ano em curso, e, no que se refere aos bolsseiros, até ao fim dos seus estudos.

Feito em Tunes, aos 11 de Maio de 1992, em três exemplares originais em línguas árabe, portuguesa e francesa, todos os textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

António de Sousa, Secretário de Estado Adjunto e do Comércio Externo.

Pelo Governo da República Tunisina:

Hapem Den Othman, Secretário de Estado da Educação e Ciência.

ACCORD CULTUREL, SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE TUNISIENNE.

Le Gouvernement de la République Portugaise et le Gouvernement de la République Tunisienne:

Animés par les nobles idéaux de la Charte des Nations Unies;

Conscients de la vitalité d'un passé historique qui a laissé de profondes racines dans les cultures des deux collectivités nationales avec des effets prometteurs pour le futur;

Désireux de développer la coopération entre leurs pays dans les domaines de la culture, de l'art, de la science et de la technique de manière à contribuer au renforcement des relations amicales existant entre leurs peuples;

ont décidé de conclure le présent Accord et ont nommé, à cet effet, des délégués plénipotentiaires, qui ont arrêté ce qui suit:

Article 1

Les deux Parties Contractantes devront encourager, développer et appuyer la coopération entre les deux pays dans les domaines culturel, scientifique, technique, éducatif, artistique, littéraire, ainsi que dans les domaines de l'artisanat, du folklore, national, de la presse, de la radiodiffusion, de la télévision, de la cinématographie, de la jeunesse et des sports.

À cet effet, ils procéderont:

- a) À l'échange de visites de professeurs, spécialistes, conférenciers, archéologues, historiens, ethnographes, journalistes, cinéastes, hommes de lettres, stagiaires, maître-artisans et sportifs;
- b) À l'échange de visites réciproques d'enseignants universitaires et de chercheurs;
- c) À l'échange de délégations sportives officielles pour l'organisation de rencontres sportives et de stages dans les deux pays, ainsi que des cadres techniques et des dirigeants pour participer à des cours, colloques et conférences;
- d) À l'échange de groupes de théâtre, de musique, de danse et de folklore et à l'organisation de concerts et spectacles;
- e) À l'organisation d'expositions d'art, d'archéologie, d'histoire et d'artisanat;
- f) À l'échange de programmes de radio et de télévision, films, livres, publications éducatives, culturelles, scientifiques, techniques, littéraires et artistiques.

Article 2

Chacune des deux Parties Contractantes devra faciliter, sur son territoire, l'enseignement ainsi que l'étude de la langue, de la littérature et de la civilisation de l'autre Partie.

Article 3

Les deux Parties Contractantes s'accordent à encourager et faciliter notamment:

- a) L'octroi, sur la base de la réciprocité, de bourses d'études à des diplômés, des post-gradués et des stagiaires de l'autre Partie. Ces bourses seront destinées à des cours ou des stages de spécialisation ou au perfectionnement de leur formation culturelle, artistique et scientifique;

- b) L'échange d'information et de documentation concernant les certificats, diplômes et titres universitaires, émis dans les deux pays en vue d'en étudier l'équivalence;
- c) La coopération dans le domaine de l'éducation des adultes;
- d) L'établissement de relations entre musées, bibliothèques et archives par des conventions spécifiques.

Article 4

Les deux Parties Contractantes devront encourager la coopération entre les institutions de recherches scientifiques des deux pays pour établir des contacts entre leurs enseignants universitaires et chercheurs, et en vue d'organiser des séminaires, colloques, congrès, cours, stages et des programmes communs de recherche.

Article 5

Les deux Parties Contractantes pourront procéder par les moyens mis à leurs dispositions et dans le cadre de leurs législations nationales respectives, à l'inclusion, de manière appropriée, des éléments relatifs à la République Portugaise et à la République Tunisienne dans les manuels scolaires, encyclopédies et annuaires statistiques, et ce sur la base de la documentation que sera échangée à cet effet.

Article 6

Les deux Parties Contractantes s'engagent à procéder à l'étude des conditions dans lesquelles chacune d'entre elles pourra assurer, sur une base de réciprocité, la protection des droits d'auteur des citoyens de l'autre Partie, conformément aux dispositions internes et aux conventions multilatérales qui visent à protéger de tels droits.

Article 7

Les deux Parties Contractantes devront faciliter la coopération entre leurs organisations culturelles, artistiques et professionnelles ainsi qu'entre leurs institutions pédagogiques et scientifiques,

Article 8

Les deux Parties Contractantes devront encourager, dans le cadre de leur législation, les initiatives qui visent à divulguer l'histoire de la civilisation de l'autre Partie, notamment à travers la presse, la radiodiffusion, la télévision et le cinéma.

Article 9

Les deux Parties Contractantes devront faciliter la conclusion de conventions et de dispositions spécifiques entre leurs institutions respectives de radiodiffusion, télévision, presse et cinéma.

Article 10

Chacune des deux Parties Contractantes s'engage à adopter les mesures nécessaires pour assurer la protection des biens culturels de l'autre Partie contre l'importation, l'exportation et le transfert de propriété illicites.

Article 11

Pour l'exécution du présent Accord, il sera constituée une commission mixte destinée à établir les programmes d'application. Cette commission mixte devra se réunir, au moins, une fois tous les deux ans, alternativement au Portugal et en Tunisie.

Article 12

Le présent Accord entrera en vigueur dès que les deux Parties Contractantes se seront mutuellement notifiées l'accomplissement des formalités constitutionnelles qui leur sont propres.

Article 13

Le présent Accord sera valable pour une période de cinq ans, renouvelable par tacite reconduction pour une durée égale, à moins que l'une des deux Parties Contractantes exprime le désir d'y mettre fin par une notification écrite, adressée à l'autre Partie six mois avant la date d'expiration de l'Accord.

Au cas où cet Accord serait dénoncé par l'une ou l'autre Partie Contractante, la situation dont jouissent les bénéficiaires se maintiendra jusqu'à la fin de l'année en cours, et en ce qui concerne les boursiers, jusqu'à la fin de leurs études.

Fait à Tunis, le 11 mai 1992, en trois originaux en langues portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République Portugaise:

António de Sousa, Secretário de Estado Adjunto e do Comércio Externo.

Pour le Gouvernement de la République Tunisienne:

Hapem Den Othman, Secretário de Estado da Educação e Ciência.

اتفاق ثقافي وعلمي وتقني

بين

حكومة الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية التونسية

إن حكومة الجمهورية البرتغالية وحكومة الجمهورية التونسية،

- إيمانا منهما بالمبادئ السامية لميثاق الأمم المتحدة،

- ووعيا منهما بحبيرة الماضي العريق الذي طبع ثقافتين المجموعتين العروبيين

ببصائر تشرّ بالمستقبل،

- ورغبة منهما في تنمية التعاون بين البلدين في مجالات الثقافة والفن والعلم

والنسبة للإسهام في توطيد علاقات الصداقة القائمة بين شعبهما،

قررا إبرام هذا الإتفاق وبعيننا لذلك ممثلها المفوضين الذين وضعوا ما يلي :

الفصل الخامس

يمكن للطرفان المتعاقدان إدخال، بالإمكانات التي توضع على ذمتهم وفي إطار تشريعانها القومية لكلّ منهما وبالكييفية الملائمة، عناصر تخصّ الجمهورية التونسية والجمهورية البرتغالية في الكتب المدرسية والموسوعات ودليل الإحصائيات وذلك اعتماداً على الوثائق التي يقع تبادلها في هذا المضمار.

الفصل السادس

يتعهد الطرفان المتعاقدان ببحث الظروف التي يمكن لكلّ منهما أن يحمي، اعتماداً على قاعدته المعاملة بالمثل، حقوق الكاتب لمواطني الطرف الآخر وذلك حسب الترابية الداخلية والاتفاقيات المتعدّدة الأطراف التي تهدف إلى حماية تلك الحقوق.

الفصل السابع

يلتزم الطرفان المتعاقدان بتسهيل التعاون بين المنطقتين الثقافية والفنية والمهنية وكذلك المؤسسات التربوية والعلمية.

الفصل الثامن

يلتزم الطرفان المتعاقدان بتشجيع، في نطاق تشريعاتهم، المدارس التي تهدف إلى نشر تاريخ حضارة الطرف الآخر خاصة عن طريق الصحافة والتمّ الإذاعي والتلفزي والسينما.

الفصل التاسع

يلتزم الطرفان المتعاقدان بتسهيل عقد الاتفاقيات والإجراءات المحصورة بين مؤسسات البلدين للتمّ الإذاعي والتلفزي والصحافة والسينما.

الفصل العاشر

يلتزم كلّ من الطرفين المتعاقدين على أخذ الترايبب اللازمة لحماية الأسماء الثقافية للطرف الآخر ضدّ التصدير والتزويد ونقل الملكية المحصورة.

الفصل الحادي عشر

لتطبيق هذا الاتفاق يقع تكوين لجنة مختلطة تهدف لوضع برامج تطبيقية ويصّب على هذه اللجنة المختلطة أن تعقد اجتماعها مرّة على الأقل كلّ سنتين بالتناوب مرّة في تونس ومرّة في البرتغال.

الفصل الثاني عشر

يدخل هذا الاتفاق حيز التنفيذ من تاريخ تبادل مذكرات دبلوماسية تعلم الحكومتان بواسطتها بعضها بعضاً أنه عملاً بأحكام دستورها وتشريعاتها قد تمّت المصادق على الاتفاق.

الفصل الثالث عشر

تمدّد صلوحية هذا الاتفاق لمدة خمس سنوات يقع تجديدّها بواسطة التحديد الضمني لنفس المدّة وذلك ما لم يصرّح أحد الطرفين المتعاقدين للآخر عن رغبته في إبطاله بواسطة مذكّره دبلوماسية توجّه للطرف الآخر سنّة أشهر قبل انتهائه.

الفصل الأول

يتعهد الطرفان المتعاقدان على تشجيع وتنمية ومساندة التعاون بين البلدين في مجالات الثقافة والعلوم والتقنية والترجمة والفن والأدب وكذلك في مبادى الصناعة التقليدية والفن الشعبي القومي والصحافة والتمّ الإذاعي والتلفزي والسينما والشباب والرياضة.

وللفرض بغوم الطرفان :

أ - بتبادل زيارات الأساندة والمتخصصين والمحاضرين والباحثين في الآثار والمؤرخين والباحثين في خصائص الشعوب والصحافيين والسينمائيين ورجال الثقافة والمرتبصين والمعلّمين المحرفيين والرياضيين.

ب - بتبادل الزيارات بين الجانين للمدرّسين والجامعيين والباحثين.

ج - بتبادل الوفود الرياضية الرسمية لتنظيم المباريات الرياضية والتربصات في البلدين وكذلك الإطارات الفنية والمسوّرين للمشاركة في الدروس واللقاءات والمحاضرات.

د - بتبادل الفرق المسرحية والموسيقية والرقص والفن الشعبي وتنظيم النظارات والحفلات.

هـ - بتنظيم معارض فنية وأثرية وتاريخية وللصناعات التقليدية.

و - بتبادل البرامج الإذاعية والتلفزية والأفلام والكتب والنشرية التربوية والثقافية والعلمية والتقنية والأدبية والفنية.

الفصل الثاني

يجعل كلّ من الطرفين على تسهيل تعليم ودراسة لغة وأدب وحضارة الطرف الآخر على أرضه.

الفصل الثالث

تتفق الطرفان المتعاقدان على تشجيع وتسهيل خاصة :

أ - إعطاء بناء على قاعدة المعاملة بالمثل، منح دراسية لحاملي الشهادات، وحاملي الشهادات العليا (مرحلة الثالثة) والمرتبصين للطرف الآخر. وهذه المنح تخصّ لدراسات متخصصة أو لتحسين تكوينهم الثقافي والفني والعلمي.

ب - تبادل المعلومات والوثائق فيما يخصّ الشهادات والديبلومات والشهادات الجامعية التي تعطى في البلدين وذلك لدرس معادلتها.

ج - التعاون في ميدان تربية الكهول.

د - إقامة علاقات بين المناحف والمكتبات والأرشيفات وذلك بعقد اتفاقيات مخصصة.

الفصل الرابع

يلتزم الطرفان المتعاقدان بتشجيع التعاون بين مؤسسات البحوث العلمية للبلدين وربط الاتصالات بين المدرّسين الجامعيين والباحثين وذلك قصد تنظيم الملتقيات والمنشديات والمؤتمرات والدروس والتربصات والبرامج المشتركة في البحث.

وفي حالة الإعلان عن إبطال هذا الاتفاق من طرف أحد الطرفين المتعاقدين فإن
الوصية التي بنعمها المستمعين تستمر حتى نهاية السنة السارية وبما يخصّ الذين
يستمعون بمنح إلى نهاية دراستهم.

حرر بنونس في 11 ماي 1992 في ثلاث نصوص أصلية باللغة العربية
والبرتغالية والفرنسية وللثلاث نصوص قوة النوت على حدّ السواء.

عن حكومة الجمهورية التونسية
عن حكومة الجمهورية البرتغالية

Decreto n.º 26/93

de 18 de Agosto

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovada, para ratificação, a Convenção n.º 115 da Organização Internacional do Trabalho, relativa às radiações ionizantes, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho em 21 de Junho de 1960, cujo texto original em francês e a respectiva tradução para português seguem em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Maio de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio* — *José Manuel Durão Barroso* — *José Albino da Silva Peneda* — *Armando Gomes de Carvalho*.

Ratificado em 21 de Junho de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*.

Referendado em 23 de Junho de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

CONVENTION 115 – CONVENTION CONCERNANT LA PROTECTION DES TRAVAILLEURS CONTRE LES RADIATIONS IONISANTES

La Conférence générale de l'Organisation Internationale du Travail:

Convoquée à Genève par le conseil d'administration du Bureau International du Travail, et s'y étant réunie le 1^{er} juin 1960, en sa quarante-quatrième session;

Après avoir décidé d'adopter diverses propositions relatives à la protection des travailleurs contre les radiations ionisantes, question qui constitue le quatrième point à l'ordre du jour de la session;

Après avoir décidé que ces propositions prendraient la forme d'une convention internationale;

adopte, ce vingt-deuxième jour de juin mil neuf cent soixante, la convention ci-après, qui sera dénommée Convention sur la protection contre les radiations, 1960:

PARTIE I

Dispositions générales

Article 1

Tout membre de l'Organisation Internationale du Travail qui ratifie la présente Convention s'engage à l'appliquer par voie de législation, par voie de recueils de directives pratiques ou par d'autres mesures appropriées. En donnant effet aux dispositions de la Convention, l'autorité compétente consultera des représentants des employeurs et des travailleurs.

Article 2

1 — La présente Convention s'applique à toutes les activités entraînant l'exposition de travailleurs à des radiations ionisantes au cours de leur travail.

2 — La présente Convention ne s'applique ni aux substances radioactives, scellées ou non, ni aux appareils générateurs de radiations ionisantes, qui, en raison des faibles doses de radiations ionisantes pouvant être reçues de leur fait, seront exemptés de son application selon l'une des méthodes donnant effet à la Convention prévues à l'article 1.

Article 3

1 — À la lumière de l'évolution des connaissances, toutes les mesures appropriées seront prises pour assurer une protection efficace des travailleurs contre les radiations ionisantes, du point de vue de leur santé et de leur sécurité.

2 — À cet effet, les règles et mesures nécessaires seront adoptées et les informations essentielles pour l'obtention d'une protection efficace seront mises à disposition.

3 — Pour qu'une telle protection efficace soit assurée:

- a) Les mesures pour la protection des travailleurs contre les radiations ionisantes adoptées après ratification de la Convention par un membre devront être conformes aux dispositions de la Convention;
- b) Le membre dont il s'agit devra modifier aussitôt que possible les mesures qu'il avait lui-même adoptées avant la ratification de la Convention afin qu'elles soient conformes aux dispositions de celle-ci, et devra encourager la modification dans le même sens de toutes autres mesures qui existaient également avant la ratification;
- c) Le membre dont il s'agit devra communiquer au directeur général du Bureau International du Travail, lors de la ratification de la Convention, une déclaration indiquant de quelle manière et à quelles catégories de travailleurs les dispositions de la Convention s'appliquent et devra faire état, dans ses rapports sur l'application de la Convention, de tout progrès réalisé en cette matière;
- d) À l'expiration d'une période de trois années après l'entrée en vigueur initiale de la présente Convention, le conseil d'administration du Bureau International du Travail présentera à la